



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de Unidade Curricular

Curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica

### Nome da Unidade curricular:

Direito Administrativo

### Informação Complementar:

Duração: Semestral  Anual

Horas de Trabalho: 504

Créditos ECTS: 18

### Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Paulo Manuel Cunha da Costa Otero – 2 horas

### Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

- Aprofundamento do estudo do presente ramo da ciência jurídica;
- Interligação com outras áreas da ciência jurídica e restantes ciências sociais;
- Aquisição de metodologias de investigação e trabalho científico;
- Desenvolvimento do espírito de construção dogmática dos institutos jurídicos;
- Reforço do diálogo doutrinário e jurisprudencial.

### 6. Conteúdos programáticos:

#### “Regulamentos administrativos”

##### I

##### Introdução

§1º - Formas de atividade administrativa e procedimento: delimitação de regime

§2º - Princípios fundamentais do procedimento administrativo

##### II

##### Regulamentos administrativos

##### *Cap. 1º* - Conceito, domínio e tipologia dos regulamentos

§3º - Conceito de regulamento

§4º - Domínio do regulamento: reserva constitucional de regulamento?

§5º - Principais tipos de regulamentos

##### *Cap. 2º* - Procedimento dos regulamentos

§6º - Titularidade da competência regulamentar

§7º - Formalidades e forma dos regulamentos

§8º - Validade e eficácia dos regulamentos

§9º - Cessação de vigência dos regulamentos

##### *Cap. 3º* - Contencioso dos regulamentos

§10º - Contencioso administrativo

§11º - Contencioso constitucional



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

**Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:**

Os conteúdos programáticos visam preparar os alunos para, a propósito do tema escolhido e da sua importância no ensino desta unidade curricular, desenvolver as capacidades de investigação, análise das fontes e construção dogmática, proporcionando a elaboração de trabalhos originais e que revelem um contributo científico para o Direito Administrativo.

**Metodologias de ensino:**

O ensino obedecerá às seguintes principais linhas metodológicas:

- a) Exposição inicial de temas do conteúdo do programa pelo regente da cadeira, seguida da intervenção e discussão de temas previamente indicados por parte de algum ou de todos os alunos;
- b) Exposição de temas pelos alunos, previamente definidos, seguida de debate por todos os restantes, terminando com uma intervenção do regente da cadeira sobre o tema em causa.

**Avaliação:**

A avaliação será composta por quatro elementos:

- a) Intervenções orais durante as aulas;
- b) Realização de um trabalho escrito sobre um tema comum a todos os alunos, a elaborar durante as férias de Natal, com um número limitado de páginas;
- c) Exposição oral do tema escolhido pelo aluno, dentro do conteúdo da unidade curricular, durante 30 minutos, seguido de perguntas dos Colegas e observações do professor, naturalmente com direito de resposta por parte do aluno expositor;
- d) Relatório escrito, a entregar nos termos do Regulamento do Curso, versando sobre o tema da exposição.

**Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:**

As metodologias de ensino indicadas visam estimular a investigação, o espírito crítico e a construção dogmática, preparando os alunos para a feitura da tese de mestrado:

- a) A realização de exposições temáticas procura aperfeiçoar as capacidades orais de apresentação de temas em público;
- b) A intervenção nas discussões, questionando, problematizando e criticando, visa desenvolver o espírito crítico e as capacidades de reação argumentativa e contra-argumentativa;
- c) Os trabalhos escritos, em termos complementares, visam desenvolver a forma de expressão de ideias e o aprofundamento fundamentador de posições assumidas, habilitando a introdução de técnicas metodológicas que permitam aos alunos apresentar futuros trabalhos de investigação.

**Bibliografia principal:**

CORREIA, Sérvulo, *Legalidade e Autonomia Contratual nos Contratos Administrativos*, Coimbra, Almedina, 1987.  
MONIZ, Ana Raquel, *Estudos sobre os Regulamentos Administrativos*, Coimbra, Almedina, 2016.  
MONIZ, Ana Raquel, *A Recusa de Aplicação de Regulamentos pela Administração com Fundamento em Invalidez – Contributo para a Teoria dos Regulamentos*, Coimbra, Almedina, 2012.  
OTERO, Paulo, *Direito do Procedimento Administrativo*, I, Coimbra, Almedina, 2016, e bibliografia aí referenciada.  
OTERO, Paulo, *Legalidade e Administração Pública – O sentido da vinculação administrativa à juridicidade*, reimp., Coimbra, Almedina, 2019.  
QUEIRÓ, Afonso, *Direito Administrativo*, I, policop., Coimbra, 1976.